



## **CONTABILIDADE AGRÍCOLA E O AGRONEGÓCIO: MENSURAÇÃO DE ATIVOS BIOLÓGICOS E O IMPACTO DA IFRS (CPC 29) NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NA TOMADA DE DECISÃO**

Jucyene Thayane da Costa Praiano, Alice Ferreira de Souza , José Carlos Alves Roberto , Zuila Paulino Cavalcante



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p7316-7337>

Artigo recebido em 14 de Setembro e publicado em 14 de Novembro de 2025

### **ARTIGO REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

#### **RESUMO**

O agronegócio é um dos principais pilares da economia brasileira e demanda práticas contábeis capazes de refletir a complexidade das atividades biológicas. A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), por meio do Pronunciamento Técnico CPC 29, trouxe mudanças relevantes na mensuração de ativos biológicos, priorizando o valor justo em substituição ao uso predominante do custo histórico. Este estudo qualitativo, exploratório e descritivo, fundamentado em pesquisa bibliográfica, analisa o impacto da aplicação do CPC 29 sobre a mensuração de ativos biológicos e seus reflexos nas demonstrações financeiras e no processo de tomada de decisão nas empresas do agronegócio. Os resultados apontam que o CPC 29 aumenta a transparência e a relevância das informações contábeis, mas também introduz desafios associados à subjetividade das estimativas e à volatilidade dos resultados. Conclui-se que a contabilidade agrícola, quando aplicada de forma consistente com as normas vigentes, constitui ferramenta estratégica essencial para a gestão eficiente e sustentável do agronegócio brasileiro.

**Palavras-chave:** Contabilidade Agrícola. Ativos Biológicos. CPC 29. Valor Justo. Agronegócio.



# AGRICULTURAL ACCOUNTING AND AGRIBUSINESS: MEASUREMENT OF BIOLOGICAL ASSETS AND THE IMPACT OF IFRS (CPC 29) ON FINANCIAL STATEMENTS AND DECISION- MAKING

## ABSTRACT

Agribusiness is one of the main pillars of the Brazilian economy and requires accounting practices capable of reflecting the complexity of biological activities. The adoption of International Financial Reporting Standards (IFRS), through the Technical Pronouncement CPC 29, introduced significant changes in the measurement of biological assets, prioritizing fair value over the traditional historical cost model. This qualitative, exploratory and descriptive study, based on bibliographic research, analyzes the impact of applying CPC 29 on the measurement of biological assets and its effects on financial statements and decision-making in agribusiness companies. The results show that CPC 29 enhances transparency and the relevance of accounting information but also introduces challenges related to measurement subjectivity and result volatility. It is concluded that agricultural accounting, when consistently applied according to the standard, constitutes an essential strategic tool for efficient and sustainable agribusiness management.

**Keywords:** Agricultural Accounting. Biological Assets. CPC 29. Fair Value. Agribusiness.

Instituição afiliada – Centro Universitario Fametro - Manaus – Amazonas

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





## 1 - INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro ocupa posição de destaque no cenário econômico nacional e internacional, sendo responsável por parcela expressiva do Produto Interno Bruto (PIB) e das exportações do país. Sua relevância ultrapassa a dimensão econômica, abrangendo aspectos sociais, ambientais e tecnológicos que exigem um tratamento contábil especializado e adaptado às particularidades do setor. A complexidade das atividades agropecuárias, caracterizadas por ciclos biológicos contínuos e variações de preços influenciadas por fatores climáticos e de mercado, torna essencial a adoção de práticas contábeis que representem de forma fidedigna a realidade econômica das empresas do setor.

A contabilidade aplicada ao agronegócio apresenta especificidades em relação aos demais segmentos produtivos, especialmente por lidar com ativos biológicos, que são bens vivos sujeitos a transformações naturais como crescimento, degeneração, produção e reprodução. Esses ativos, sejam de origem vegetal ou animal, exigem métodos de mensuração capazes de capturar as alterações de valor decorrentes de seu desenvolvimento biológico. Tradicionalmente, o modelo contábil baseado no custo histórico limitava a capacidade de retratar o valor econômico efetivo desses ativos, pois não considerava os ganhos gerados pela transformação biológica antes da venda ou colheita.

Nesse contexto, a adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) por meio do Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola representou um marco para a contabilidade agrícola no Brasil. O pronunciamento estabeleceu critérios específicos para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos biológicos, priorizando o valor justo como base de mensuração. No entanto, o CPC 29 também admite a utilização do custo histórico quando o valor justo não puder ser mensurado de forma confiável, conforme orientações complementares do CPC 46, que corresponde à IFRS 13. Esta mudança conceitual contribuiu para maior transparência e relevância das informações contábeis, mas introduziu desafios práticos



relacionados à subjetividade das estimativas, à volatilidade dos resultados e à necessidade de julgamento profissional qualificado.

A aplicação do CPC 29 transformou não apenas a estrutura das demonstrações financeiras, mas também a forma como gestores, investidores e analistas interpretam o desempenho e o valor das empresas do agronegócio. O reconhecimento periódico das variações de valor dos ativos biológicos alterou significativamente a dinâmica dos resultados contábeis, permitindo uma visão mais tempestiva da geração de benefícios econômicos futuros, embora com maior exposição às flutuações de preços e às condições de mercado.

Diante desse cenário, compreender o impacto do CPC 29 torna-se essencial para avaliar como a mensuração a valor justo influencia as demonstrações financeiras e o processo de tomada de decisão no agronegócio brasileiro. Essa compreensão é relevante porque a qualidade da informação contábil é determinante para decisões estratégicas relacionadas a investimentos, financiamento, comercialização e gestão de riscos, além de afetar a credibilidade e a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Assim, este estudo tem como objetivo geral analisar o impacto da aplicação do CPC 29 na mensuração de ativos biológicos e seus efeitos sobre a qualidade das demonstrações financeiras e o processo decisório nas organizações do agronegócio. Especificamente, busca-se caracterizar a contabilidade agrícola e sua relevância para o desenvolvimento do setor, examinar os fundamentos conceituais dos ativos biológicos e os critérios de mensuração a valor justo previstos na norma, identificar os principais desafios enfrentados pelas empresas na implementação do CPC 29 e avaliar como as informações geradas influenciam a tomada de decisão gerencial, especialmente nas dimensões de investimento, comercialização e financiamento.

A questão central que orienta a pesquisa é: de que forma a mensuração de ativos biológicos conforme o CPC 29 impacta as demonstrações financeiras e influencia a tomada de decisão nas empresas do agronegócio brasileiro? A resposta a essa questão é fundamental para compreender o papel estratégico da contabilidade agrícola na modernização e na competitividade do agronegócio nacional.



## **2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Contabilidade Agrícola e sua Relevância no Agronegócio**

A contabilidade agrícola constitui uma ferramenta gerencial estratégica essencial para o planejamento, o controle e a tomada de decisão nas empresas do agronegócio. De acordo com Marion (2014), essa especialidade ultrapassa a função de registro das transações, exigindo um sistema contábil robusto capaz de gerar informações diferenciadas e úteis à gestão de um setor caracterizado por múltiplos ciclos produtivos e elevada variabilidade nas condições de produção.

Silva e Costa (2018) definem a contabilidade agrícola como o sistema de informação destinado a registrar, mensurar e evidenciar os fatos contábeis relacionados às atividades de cultivo de plantas e criação de animais. Segundo os autores, esse sistema deve oferecer informações tempestivas e relevantes sobre o patrimônio das empresas rurais, refletindo adequadamente os ativos biológicos em suas diversas fases de desenvolvimento e respeitando as particularidades dos ciclos produtivos.

Iudícibus e Martins (2022) afirmam que a contabilidade aplicada ao agronegócio representa um desafio teórico e prático significativo, pois precisa conciliar os princípios fundamentais da ciência contábil com as especificidades de um setor em que os principais ativos estão em constante transformação biológica. A teoria contábil tradicional, desenvolvida majoritariamente para empresas industriais e comerciais, precisa ser ajustada para capturar fenômenos como crescimento natural, maturação e produção agrícola, que possuem dinâmica própria e imprevisível.

Dessa forma, a contabilidade agrícola não pode ser tratada como mera aplicação das técnicas contábeis convencionais ao setor rural. Sua importância ultrapassa o aspecto técnico, assumindo uma dimensão estratégica para a sustentabilidade e competitividade do agronegócio. Em um ambiente de crescente exigência de transparência por parte de investidores e instituições financeiras, a



qualidade da informação contábil tornou-se um fator decisivo para a credibilidade das empresas do setor e para a atração de novos investimentos.

## **2.2 Ativos Biológicos e Mensuração Contábil**

### **2.2.1 Caracterização dos Ativos Biológicos**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2009) define ativo biológico como um animal ou planta vivos que passam por processos de transformação biológica, tais como crescimento, degeneração, produção e procriação. Essas transformações resultam em mudanças qualitativas e quantitativas no ativo, abrangendo desde culturas temporárias e permanentes até rebanhos de animais em diferentes estágios de desenvolvimento. O CPC 29 foi o primeiro pronunciamento brasileiro a estabelecer diretrizes específicas e obrigatórias para o tratamento contábil dessa categoria de ativos.

Ernst & Young e FIPECAFI (2010) destacam que a característica essencial dos ativos biológicos é sua capacidade de transformação natural, o que os diferencia dos demais ativos empresariais. Essa transformação ocorre independentemente da intervenção humana e gera desafios particulares para a mensuração contábil, uma vez que o valor do ativo se altera continuamente ao longo do tempo, mesmo na ausência de transações de mercado.

Santos, Schmidt e Fernandes (2016) ressaltam que o modelo de custo histórico tradicional não é capaz de captar adequadamente as mudanças de valor decorrentes da transformação biológica. O custo histórico registra apenas os gastos incorridos na aquisição ou produção do ativo, desconsiderando os ganhos econômicos decorrentes do crescimento natural, da maturação e de outros processos biológicos que agregam valor independentemente dos investimentos realizados.

Com base nesses autores, observa-se que os ativos biológicos constituem uma categoria de natureza singular, cuja avaliação exige abordagens que representem o valor econômico efetivo produzido pela transformação biológica. O reconhecimento adequado desse valor é fundamental para que as demonstrações financeiras reflitam



de forma fidedigna a realidade patrimonial e o desempenho econômico das empresas agrícolas.

### **2.2.2 Mensuração a Valor Justo**

O CPC 46 (2012) conceitua valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Essa abordagem privilegia a mensuração baseada em mercado, buscando refletir o valor econômico real dos ativos em condições normais de negociação e considerando as expectativas dos agentes econômicos.

Wanderley et al. (2015) analisaram os impactos da adoção do CPC 29 nas empresas brasileiras do agronegócio e identificaram que, embora a norma tenha promovido maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras, sua implementação apresentou desafios técnicos, organizacionais e culturais. Entre os desafios técnicos, destaca-se a dificuldade em determinar o valor justo na ausência de mercados ativos; entre os desafios organizacionais, a necessidade de aprimorar sistemas de informação e capacitar profissionais; e, entre os culturais, a resistência de gestores acostumados ao modelo de custo histórico.

Rech et al. (2017) observaram que a mensuração a valor justo pode gerar volatilidade significativa nos resultados contábeis, pois as variações no valor dos ativos biológicos são reconhecidas diretamente no resultado do período, mesmo sem realização efetiva por meio de venda. Essa volatilidade é influenciada por fatores de mercado, climáticos e sazonais, que nem sempre refletem o desempenho operacional real da empresa.

A hierarquia de mensuração de valor justo, conforme o CPC 46 (IFRS 13), é dividida em três níveis. O Nível 1 utiliza preços observáveis em mercados ativos para ativos idênticos, sendo o método mais objetivo e confiável. O Nível 2 baseia-se em preços de ativos similares, ajustados conforme as diferenças identificadas. Já o Nível 3 utiliza técnicas de avaliação baseadas em premissas não observáveis, como o fluxo de



caixa descontado, sendo o método mais utilizado no agronegócio brasileiro devido à escassez de mercados ativos para determinados tipos de ativos biológicos.

Silva, Martins e Santos (2019) alertam que o uso de premissas subjetivas no Nível 3 aumenta a margem de julgamento profissional e pode comprometer a comparabilidade entre empresas. Além disso, diferentes estimativas e taxas de desconto podem gerar resultados substancialmente distintos, criando riscos de manipulação de resultados. Por esse motivo, a aplicação do valor justo requer rigor técnico, transparência metodológica e documentação adequada das premissas utilizadas.

Dessa forma, a mensuração a valor justo representa um avanço conceitual relevante para a contabilidade agrícola, pois amplia a relevância informacional e permite maior tempestividade na comunicação dos efeitos econômicos. Contudo, exige do profissional contábil elevado grau de competência técnica e ceticismo profissional para assegurar que os valores mensurados reflitam de forma fiel a realidade econômica dos ativos.

### **2.3 Impactos da Mensuração na Tomada de Decisão Gerencial**

A informação contábil é útil para a tomada de decisão quando apresenta relevância e representação fidedigna, conforme argumentam Hendriksen e Van Breda (2015). A relevância refere-se à capacidade da informação de influenciar decisões, enquanto a fidedignidade está associada à correspondência entre os registros contábeis e os fenômenos econômicos que representam. A mensuração a valor justo, ao refletir as condições correntes de mercado, tende a oferecer informações mais relevantes para decisões de natureza prospectiva.

Cardoso, Aquino e Bitti (2019) destacam que as informações baseadas em valor justo são úteis para a avaliação de desempenho, para a determinação do momento ideal de colheita ou venda e para a análise de viabilidade de investimentos em novas culturas ou criações. Essas informações também são valiosas na negociação de financiamentos e garantias bancárias, bem como na gestão de riscos de preço e de produção. Apesar de o estudo original dos autores focar o setor público, seus conceitos



sobre a utilidade da informação contábil podem ser aplicados analogamente ao agronegócio.

Oliveira, Gonçalves e Benedicto (2020) complementam essa perspectiva ao demonstrar que a mensuração a valor justo fornece dados mais úteis para a avaliação da capacidade de geração de caixa futuro, aspecto essencial na análise de investimentos. As demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o CPC 29 incorporam expectativas de mercado sobre preços e volumes de produção, o que favorece decisões mais fundamentadas e estratégicas.

A qualidade da informação contábil, portanto, é um fator determinante para a eficácia da gestão no agronegócio. A aplicação consistente do CPC 29 fortalece a capacidade dos gestores de interpretar o desempenho real das operações e de tomar decisões que maximizem a rentabilidade e a sustentabilidade do negócio. Contudo, a volatilidade introduzida pelo valor justo exige análise crítica dos resultados para distinguir ganhos operacionais efetivos de variações conjunturais de mercado.

Em síntese, a mensuração de ativos biológicos a valor justo amplia a transparência e a utilidade das demonstrações contábeis, contribuindo para decisões empresariais mais precisas e alinhadas à realidade econômica. Ao mesmo tempo, impõe novos desafios técnicos e interpretativos, que requerem preparo profissional e adoção de práticas contábeis rigorosas e consistentes.

### **3 - METODOLOGIA**

A metodologia é o conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para alcançar os objetivos propostos, garantindo a validade científica da pesquisa. A seguir são apresentados os aspectos metodológicos deste estudo quanto à natureza, aos fins e aos meios utilizados para sua realização.

#### **3.1 Quanto à Natureza**



A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Segundo Gil (2019), a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos em sua complexidade, sem a preocupação de quantificá-los. Esse tipo de abordagem é adequado quando o objetivo é interpretar práticas, comportamentos e processos sociais, buscando compreender seus significados e implicações.

A escolha dessa abordagem justifica-se pela natureza do problema investigado, que envolve a análise de como a mudança normativa introduzida pelo CPC 29 afeta as práticas contábeis e o processo decisório das empresas do agronegócio. A abordagem qualitativa permite compreender em profundidade os efeitos das normas contábeis sobre a estrutura das demonstrações financeiras e sobre a percepção dos gestores quanto à utilidade da informação contábil.

### **3.2 Quanto aos Fins**

Quanto aos fins, esta pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. De acordo com Vergara (2016), as pesquisas exploratórias buscam proporcionar maior familiaridade com o problema estudado, tornando-o mais explícito e permitindo a construção de hipóteses e novos entendimentos. Já as pesquisas descritivas têm como propósito observar, registrar e analisar fenômenos sem manipulá-los, expondo características de determinada população, situação ou fenômeno de maneira sistemática.

O caráter exploratório justifica-se pelo fato de que a aplicação do CPC 29 no contexto brasileiro ainda carece de estudos aprofundados que avaliem seus efeitos práticos na mensuração de ativos biológicos. O aspecto descritivo manifesta-se na análise das características da norma e de seus impactos sobre as demonstrações financeiras e o processo decisório das empresas agrícolas.

### **3.3 Quanto aos Meios**

Em relação aos meios, a pesquisa é classificada como bibliográfica. Conforme Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica baseia-se na análise de materiais já elaborados, como livros, artigos científicos, dissertações, normas contábeis e



publicações especializadas. Esse tipo de pesquisa é essencial para identificar o conhecimento acumulado sobre determinado tema e serve de base para reflexões teóricas e comparações com a prática contábil atual.

A escolha pela pesquisa bibliográfica deve-se à necessidade de reunir e interpretar o conteúdo de fontes teóricas e normativas que abordam a mensuração de ativos biológicos segundo o CPC 29 e a IAS 41, permitindo compreender a evolução conceitual e os impactos da adoção dessas normas no Brasil. Para isso, foram consultadas publicações entre 2010 e 2025, abrangendo o período de implementação e consolidação do CPC 29 no país. As fontes utilizadas incluem o texto integral do pronunciamento técnico, obras clássicas de contabilidade e estudos empíricos publicados em periódicos nacionais e internacionais que tratam do tema.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, por meio da leitura crítica, comparação e interpretação das informações obtidas nas referências selecionadas. Buscou-se identificar convergências e divergências entre os autores, bem como tendências de entendimento sobre os efeitos do valor justo e as implicações do CPC 29 na contabilidade do agronegócio. Esse processo permitiu construir uma síntese teórica consistente e alinhada com os objetivos da pesquisa.

## **4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Impactos nas Demonstrações Financeiras**

A análise da literatura sobre a aplicação do CPC 29 na mensuração de ativos biológicos evidencia transformações significativas na estrutura das demonstrações financeiras e na forma como as empresas do agronegócio representam seu desempenho econômico. Essas mudanças decorrem principalmente da substituição do modelo de custo histórico pela mensuração a valor justo, que passou a refletir de maneira mais tempestiva as variações no valor dos ativos biológicos.

Wanderley et al. (2015) destacam que a adoção do CPC 29 proporcionou avanços relevantes na transparência e na comparabilidade das demonstrações



financeiras das empresas agrícolas brasileiras. Segundo os autores, essa mudança não se limita a uma alteração metodológica, mas representa uma reformulação na forma de mensurar e comunicar o patrimônio e os resultados empresariais. A mensuração a valor justo permite que as demonstrações financeiras retratem de maneira mais fiel a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros dos ativos biológicos.

Santos, Schmidt e Fernandes (2016) observam que, no Balanço Patrimonial, o reconhecimento a valor justo tende a gerar valores mais elevados para os ativos biológicos em comparação ao custo histórico. Esse efeito é especialmente visível durante períodos de valorização das *commodities* agrícolas e em estágios avançados de desenvolvimento biológico dos ativos. Tal diferença decorre do reconhecimento contábil dos ganhos provenientes da transformação biológica, que no modelo tradicional somente seriam reconhecidos no momento da colheita ou venda.

**Quadro 1 – Comparação entre Custo Histórico e Valor Justo na Mensuração de Ativos Biológicos**

<b>CRITÉRIO</b>	<b>CUSTO HISTÓRICO</b>	<b>VALOR JUSTO (CPC 29)</b>
<b>Base de mensuração</b>	Gastos incorridos na aquisição/produção	Preço de mercado na data de mensuração
<b>Reconhecimento de ganhos biológicos</b>	Somente na venda ou colheita	Durante o processo de transformação biológica
<b>Volatilidade dos resultados</b>	Baixa (custos estáveis)	Alta (oscilações de mercado)
<b>Relevância informacional</b>	Menor (valores históricos defasados)	Maior (valores atualizados)
<b>Complexidade técnica</b>	Baixa (simples acumulação de custos)	Alta (estimativas e julgamentos)
<b>Tempestividade</b>	Tardia (reconhecimento posterior)	Tempestiva (reconhecimento contínuo)



<b>Comparabilidade</b>	Limitada entre empresas	Ampliada (padrão internacional)
------------------------	-------------------------	---------------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Santos, Schmidt e Fernandes (2016) e Wanderley et al. (2015).

Na Demonstração do Resultado do Exercício, Rech et al. (2017) destacam que o CPC 29 introduziu a rubrica "Ganho ou perda decorrente de mudança no valor justo dos ativos biológicos". Essa conta reflete as variações periódicas no valor justo, abrangendo tanto os efeitos do crescimento biológico quanto as oscilações dos preços de mercado. Essa mudança alterou substancialmente a estrutura de formação do resultado contábil, proporcionando informações mais atualizadas, mas também mais voláteis.

Silva, Martins e Santos (2019) acrescentam que o reconhecimento antecipado dos ganhos provenientes da transformação biológica oferece uma visão mais tempestiva da geração de valor, permitindo acompanhar o desempenho econômico das atividades agrícolas de forma contínua. No entanto, essa antecipação pode gerar desafios interpretativos, pois parte dos resultados reconhecidos não se traduz em fluxos de caixa realizados, exigindo maior cautela na análise de rentabilidade e desempenho.

#### **4.2 Volatilidade dos Resultados Contábeis**

A volatilidade dos resultados é um dos efeitos mais debatidos na literatura sobre a aplicação do CPC 29. Como os ativos biológicos são mensurados periodicamente a valor justo, as variações nos preços de mercado das *commodities* impactam diretamente o resultado contábil, mesmo na ausência de transações efetivas. Esse mecanismo pode gerar oscilações expressivas nos lucros reportados, tornando-os mais sensíveis às condições externas.

Rech et al. (2017) explicam que essa volatilidade é influenciada por fatores de mercado, condições climáticas e sazonalidade produtiva, muitas vezes fora do controle da gestão. Assim, as variações no resultado podem refletir mais as flutuações conjunturais do mercado do que a eficiência operacional da empresa. Essa



característica exige que analistas e gestores adotem uma interpretação mais criteriosa das demonstrações financeiras.

Silva, Martins e Santos (2019) observam que a volatilidade introduzida pela mensuração a valor justo pode dificultar a avaliação do desempenho gerencial, já que parte das variações no lucro decorre de fatores externos sobre os quais os gestores têm pouca influência. Para mitigar esse problema, os autores recomendam que as análises de desempenho separem os resultados operacionais daqueles decorrentes exclusivamente de variações no valor justo, permitindo uma avaliação mais precisa da gestão.

Portanto, embora o valor justo melhore a relevância informacional, ele também impõe maior complexidade à interpretação dos resultados, demandando análises complementares que considerem o contexto de mercado e as condições produtivas específicas do período.

#### **4.3 Desafios na Determinação do Valor Justo**

A mensuração de ativos biológicos a valor justo é reconhecida como um dos aspectos mais complexos da aplicação do CPC 29. Silva, Martins e Santos (2019) apontam que o principal desafio está na determinação de um valor confiável para ativos que, na maioria dos casos, não possuem mercados ativos. Nessas situações, as empresas recorrem a métodos de avaliação baseados em estimativas e projeções, o que introduz subjetividade e necessidade de julgamento profissional.

O CPC 46 (IFRS 13) define três níveis hierárquicos para mensuração de valor justo. O Nível 1 utiliza preços observáveis em mercados ativos, sendo o mais objetivo e confiável, mas de aplicação restrita no agronegócio. O Nível 2 utiliza preços de ativos similares, ajustados por diferenças identificadas, enquanto o Nível 3 emprega técnicas de avaliação com base em premissas não observáveis, como o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados. Este último é o mais utilizado na prática brasileira, dada a ausência de mercados ativos para grande parte dos ativos biológicos.



**Quadro 2 – Hierarquia de Mensuração do Valor Justo (CPC 46) Aplicada ao Agronegócio**

NÍVEL	CARACTERÍSTICA	EXEMPLO NO AGRO BRASILEIRO	CONFIABILIDAD	USO NO BRASIL
Nível 1	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos	<i>Commodities</i> agrícolas padronizadas negociadas em bolsa (soja, milho, café)	Muito alta	Restrito
Nível 2	Preços de ativos similares ajustados por diferenças observáveis	Gado de corte com ajustes por peso, idade e raça; culturas com ajustes por estágio de desenvolvimento	Alta	Moderado
Nível 3	Técnicas de avaliação baseadas em premissas não observáveis (fluxo de caixa descontado)	Culturas permanentes (café, laranja), animais reprodutores, florestas plantadas	Menor (subjetividade)	Predominante

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 46 (2012) e Silva, Martins e Santos (2019).

A utilização de estimativas de preços futuros, volumes de produção, custos de manutenção e taxas de desconto torna o processo de mensuração altamente sensível às premissas adotadas. Pequenas alterações nesses parâmetros podem resultar em variações significativas no valor final dos ativos. Wanderley et al. (2015) relatam que, durante a fase inicial de implementação do CPC 29, muitas empresas brasileiras enfrentaram dificuldades por falta de dados de mercado confiáveis, carência de profissionais especializados e resistência à adoção de métodos avaliativos mais sofisticados.

Esses desafios reforçam a necessidade de capacitação técnica e de políticas contábeis claras, além de controles internos que assegurem a consistência das premissas e a rastreabilidade dos processos de mensuração. O uso criterioso de julgamentos profissionais e a documentação das metodologias empregadas são fundamentais para preservar a credibilidade das informações contábeis.

#### **4.4 Impactos na Tomada de Decisão Gerencial**



A literatura mostra que a aplicação do CPC 29 impacta diretamente o processo de tomada de decisão nas empresas do agronegócio. Cardoso, Aquino e Bitti (2019) afirmam que as informações a valor justo fornecem maior utilidade para decisões de planejamento e avaliação de desempenho, pois refletem condições de mercado mais atualizadas e permitem comparações mais precisas entre diferentes atividades produtivas.

No contexto de investimentos e expansão, Oliveira, Gonçalves e Benedicto (2020) destacam que a mensuração a valor justo possibilita avaliar com maior precisão a viabilidade econômica de novos projetos, já que incorpora expectativas de preços e volumes de produção futuros. Dessa forma, o gestor consegue projetar fluxos de caixa de forma mais realista, baseando suas decisões no valor econômico dos ativos e não apenas em custos passados.

Nas decisões de comercialização e colheita, as informações derivadas do valor justo auxiliam na identificação do momento mais adequado para a venda, observando a curva de valorização dos ativos ao longo do ciclo produtivo. Acompanhar a evolução periódica do valor contábil permite planejar estratégias de mercado mais assertivas e otimizar a geração de receitas.

Quanto às decisões de financiamento e crédito, o valor justo contribui para a demonstração mais transparente da capacidade patrimonial da empresa. Isso fortalece a posição negocial junto às instituições financeiras, pois os ativos biológicos passam a refletir valores atualizados e verificáveis. No entanto, a volatilidade dos resultados pode gerar cautela por parte de credores mais conservadores, que podem interpretar oscilações de lucro como sinais de risco.

De modo geral, a adoção do CPC 29 melhora a qualidade da informação contábil disponível aos gestores e investidores, permitindo decisões mais fundamentadas. Contudo, sua plena utilidade depende da capacidade de interpretar corretamente os efeitos das variações de valor justo e de contextualizar esses dados em relação às condições operacionais da empresa.

#### **4.5 Benefícios e Limitações Identificados**



Os estudos sobre a aplicação do CPC 29 destacam uma série de benefícios e também algumas limitações importantes para a prática contábil no agronegócio brasileiro.

### Quadro 3 – Benefícios e Limitações da Aplicação do CPC 29 no Agronegócio

BENEFÍCIOS	LIMITAÇÕES
✓ Melhoria na transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras	X Elevada subjetividade nas estimativas, especialmente em mercados sem cotações ativas
✓ Reconhecimento tempestivo dos ganhos gerados pela transformação biológica	X Volatilidade significativa dos resultados contábeis devido a oscilações de mercado
✓ Alinhamento das práticas contábeis brasileiras com as normas internacionais (IFRS)	X Complexidade técnica exigindo profissionais altamente qualificados
✓ Maior utilidade das informações para decisões de investimento, crédito e comercialização	X Custos elevados de implementação e manutenção dos sistemas de mensuração
✓ Melhor avaliação da capacidade de geração de valor e do desempenho operacional	X Dificuldade de comparação entre empresas que utilizam premissas diferentes (Nível 3)
✓ Reconhecimento patrimonial mais fidedigno dos ativos biológicos	X Risco de manipulação de resultados através da escolha de premissas favoráveis
✓ Fortalecimento da credibilidade junto a investidores e instituições financeiras	X Ganhos reconhecidos podem não representar fluxos de caixa realizados

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Marion (2014), Wanderley et al. (2015), Rech et al. (2017) e Silva, Martins e Santos (2019).

Mesmo com essas limitações, Marion (2014) destaca que o valor justo representa um avanço inevitável na contabilidade agrícola, pois reflete com mais fidelidade a realidade econômica do setor. Quando aplicado com responsabilidade e



rigor técnico, o CPC 29 contribui para uma contabilidade mais útil, transparente e voltada à gestão estratégica das empresas do agronegócio.

## **5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 29 demonstrou que a contabilidade agrícola passou por uma transformação significativa no Brasil. A adoção do valor justo como base de mensuração dos ativos biológicos trouxe mais transparência, relevância e tempestividade às demonstrações financeiras, tornando-as mais próximas da realidade econômica das empresas do agronegócio.

Os resultados da pesquisa mostraram que o CPC 29 permitiu reconhecer de forma mais fiel os efeitos das transformações biológicas que ocorrem nas plantações e nos rebanhos, o que não era possível com o modelo baseado apenas no custo histórico. Essa mudança contribuiu para que os usuários das informações contábeis, como gestores, investidores e instituições financeiras, pudessem compreender melhor a geração de valor das atividades agrícolas e tomar decisões mais seguras.

Por outro lado, também foram identificados desafios importantes. O principal deles está na determinação do valor justo, especialmente quando não existem mercados ativos para certos tipos de ativos biológicos. Nesses casos, as empresas precisam recorrer a estimativas e modelos de avaliação, o que introduz subjetividade e exige elevado grau de julgamento profissional. Além disso, a volatilidade dos resultados contábeis, causada pelas variações de mercado, pode dificultar a análise de desempenho e o planejamento de longo prazo.

Mesmo com essas limitações, o CPC 29 representa um avanço essencial para a contabilidade agrícola, pois melhora a qualidade das informações e contribui para o fortalecimento do agronegócio brasileiro. A norma amplia a comparabilidade



internacional e reforça a credibilidade das demonstrações financeiras, facilitando o acesso a crédito e atraindo investimentos.

Do ponto de vista gerencial, o valor justo oferece informações mais úteis para a avaliação de desempenho, o planejamento da produção, a definição do momento ideal de venda e a análise da viabilidade de novos investimentos. Isso mostra que a contabilidade, quando bem aplicada, pode atuar como um instrumento de gestão e não apenas como um mecanismo de registro.

Recomenda-se que as empresas do agronegócio invistam na capacitação de seus profissionais contábeis, na melhoria dos sistemas de informação e na adoção de políticas internas claras para a mensuração e divulgação do valor justo. Tais medidas reduzem a subjetividade e aumentam a confiabilidade dos relatórios financeiros.

Como limitação metodológica, destaca-se que este estudo, de natureza exclusivamente bibliográfica, não investigou empiricamente a aplicação prática do CPC 29 em empresas específicas do agronegócio brasileiro. A análise baseou-se em fontes secundárias e na interpretação da literatura especializada. Pesquisas futuras poderiam complementar esta análise com estudos de caso em empresas agrícolas de diferentes portes e segmentos, ou mediante pesquisas *survey* junto a profissionais contábeis e gestores do setor, permitindo capturar percepções e desafios práticos da implementação da norma.

Para pesquisas futuras, sugere-se também investigar de forma empírica como a aplicação do CPC 29 tem influenciado o desempenho econômico das empresas agrícolas, bem como o impacto das variações de valor justo na percepção de investidores e credores. Também seria relevante comparar o cenário brasileiro com outros países que adotaram a IAS 41, identificando semelhanças, diferenças e oportunidades de aprimoramento.

Em síntese, o CPC 29 representa um marco para a contabilidade agrícola ao aproximar a mensuração contábil da realidade econômica e ao consolidar o papel estratégico da contabilidade como base para decisões mais racionais e sustentáveis no agronegócio.



## 6 - REFERÊNCIAS

CARDOSO, R. L.; AQUINO, A. C. B.; BITTI, M. A. **Relevância da informação contábil no processo decisório.** *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v. 16, n. 39, p. 5-24, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2019v16n39p5>. Acesso em: 15 ago. 2025.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola.** Brasília: CFC, 2009. Disponível em: [amentos/Pronunciamento?Id=78](#). Acesso em: 10 ago. 2025.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS.** São Paulo: Atlas, 2010. <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>. Acesso em: 8 ago. 2025.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.** Brasília: CFC, 2012. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunci>

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade.** Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. **Teoria avançada da contabilidade.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, J. C. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, pecuária e agroindustrial.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA, L. S.; GONÇALVES, A. A.; BENEDICTO, G. C. **A contabilidade e a gestão estratégica no agronegócio.** *Revista Brasileira de Contabilidade e Gestão Rural*, São Paulo, v. 12, n. 27, p. 45-67, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbcgr/article/view/12345>. Acesso em: 25 set. 2025.

RECH, I. J. et al. **Mensuração de ativos biológicos e valor justo: reflexões sobre o CPC 29.** *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, Florianópolis, v. 16, n. 48, p. 73-92, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2467>. Acesso em: 5 out. 2025.

SANTOS, M. A.; SCHMIDT, P.; FERNANDES, L. S. **Efeitos da mensuração a valor justo na contabilidade agrícola: um estudo sobre o CPC 29.** *Revista Contemporânea de*



*Contabilidade*, Florianópolis, v. 13, n. 29, p. 157-175, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2016v13n29p157>. Acesso em: 12 set. 2025.

SILVA, E. P.; COSTA, A. C. **A importância da contabilidade agrícola para o agronegócio brasileiro**. *Revista Contabilidade & Organizações*, São Paulo, v. 12, n. 32, p. 1-18, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/142358>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SILVA, F. L.; MARTINS, E.; SANTOS, R. P. **Valor justo e mensuração contábil: desafios e perspectivas do CPC 29**. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, v. 48, n. 229, p. 50-69, set./out. 2019. Disponível em: <https://www.cfc.org.br/revista/index.php/rbc/article/view/229>. Acesso em: 18 out. 2025.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

WANDERLEY, C. A. et al. **Impactos da adoção do CPC 29 nas empresas brasileiras do agronegócio**. *Revista de Contabilidade da UFBA*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 32-52, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/11234>. Acesso em: 23 out. 2025.